



J  
Q

## ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MURÇA

25 DE JUNHO DE 2015

**PRESIDENTE** João Luís Teixeira Fernandes  
**1.º SECRETÁRIO** Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro  
**2ª SECRETÁRIA** Maria Edite da Costa Fernandes de Sousa

**LOCAL DA REUNIÃO** Paços do Concelho - Auditório

**MEMBROS PRESENTES** 22 (última folha da ata)  
**MEMBROS AUSENTES** 00(última folha da ata)

**HORA DE ABERTURA** 14:45 Horas  
**HORA DE ENCERRAMENTO** 20:00 Horas

### PRESENÇAS CÂMARA MUNICIPAL

**PRESIDENTE** José Maria Garcia da Costa  
**VICE-PRESIDENTE** Raul António Ribeiro Luís  
**VEREADORA** Ana Paula Rodrigues da Cruz  
**VEREADOR** Albertino José Castro Lousa

### FALTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

**VEREADOR** Pedro Manuel Alves Barroso Magalhães

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** cumprimentou os presentes e deu início aos trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal de Murça.

## **Período Antes da Ordem do Dia**

**“Apreciação da Ata da Sessão do dia 27/04/2015”**

**Não houve inscrições**

### **Votação:**

<i>Votantes</i>	<b>22</b>
<i>Abstenção</i>	<b>05</b>
<i>Contra</i>	<b>00</b>
<i>A Favor</i>	<b>17</b>

**Deliberação: *Aprovado por maioria***

**Votaram a favor:**

**Votaram contra:**

**Abstiveram-se:** Srs. Deputados do PS Auria Alves, e do PSD Maria de Lurdes Gomes, Representante da União Freguesia de Carva e Vilares, Representante da J. F. Candedo e Representante União Freguesia de Noura e Palheiros.

**Declaração de Voto:**

**“Por não terem estado presentes na sessão em apreço”**

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** saudou os membros que pela primeira vez participam nas reuniões do órgão, nomeadamente a Tesoureira da União Freguesia de Carva/Vilares e deu conta das participações efetuadas em representação da Assembleia Municipal desde a última sessão, nomeadamente a abertura da Feira do Azeite, Vinho e Produtos Regionais; a Cerimónia das Comemorações do Feriado Municipal; visita à Comunidade Emigrante de Murça em Beaufort, no Luxemburgo. Mas acrescentou que nem sempre o Presidente da Assembleia Municipal é convidado para eventos municipais.



**Leitura do Expediente**  
(Alínea b) do n.º 2 do artº 21º do Regimento)

Câmara Municipal de Murça:

- Convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação;

Câmara Municipal de Murça:

- Convite para participar nas Cerimónias Oficiais do Dia do Município;

Presidente da Assembleia Municipal de Bragança:

- Remeteu uma comunicação;

Presidente da Junta de Freguesia de Murça:

- Convite para participar na Noite de S. António

Direção da Delegação de Murça da Cruz Vermelha Portuguesa:

- Convite para participar na Caminhada Solidária;

Plataforma de Contratação Pública acinGov:

- Remeteu uma comunicação;

Câmara Municipal de Murça:

- Convite para participar no XII Passeio Anual de Idosos do Concelho Murça - 2015;

Câmara Municipal de Murça:

- Propostas para inclusão na Ordem do Dia da Sessão de 25/06/2015;

## **“Outros Assuntos de Interesse para o Município”**

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** informou que após o envio da documentação para a presente sessão, foi-lhe solicitado com caráter de urgência pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Murça a inclusão na ordem de trabalhos de dois pontos adicionais, motivados por um protocolo com a EDP. Mais informou que, nos termos regimentais, será necessário que a Assembleia Municipal aprove por maioria qualificada de 2/3, para que os mesmos possam constar da Ordem do Dia e informou que, se tal não vier a suceder, eles poderão ser discutidos no período Antes da Ordem do Dia.

- O Deputado do CDS, Luís Perdigão, cumprimentou os presentes e informou que, independentemente do resultado da votação, recomendaria que caso a Assembleia Municipal deliberasse não aprovar a sua inclusão no período da ordem do dia, os mesmos não fossem discutidos antes da ordem do dia.

Votação:	
<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	01
<i>A Favor</i>	21

**Deliberação: Aprovado por maioria**

**Votaram a favor:**

**Votaram contra: Luís Perdigão**

**Declaração de Voto:**

*- O Deputado do CDS-PP, Luís Perdigão, referiu que o voto contra se prendia com o facto de estar em causa uma revisão de despesa e PPI, documentos estruturais e entende não ter tido tempo para analisar o documento e que se sentiu coagido a aprovar aquela inclusão.*

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, informou que toda a documentação relativa àqueles pontos foi remetida aos líderes parlamentares com 48 horas de antecedência, cumprindo-se o estipulado no Regimento desta Assembleia Municipal. Mais informou que, de igual modo, foram remetidas três propostas do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murça à Assembleia Municipal, com 48 horas de antecedência nos termos regimentais, que foram consideradas pela Mesa da Assembleia Municipal e que serão de seguida discutidas.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, cumprimentou os presentes e passou a apresentar as propostas remetidas, nomeadamente uma sobre identificação de prédios ou frações autónomas devolutos, outra sobre a gestão de combustível em áreas urbanas, sem que confinem com áreas florestais e outra sobre

comissões ou grupos de trabalho. Enquadrou as mesmas em intervenções suas anteriores e propôs que até ao final do presente ano civil sejam identificados os proprietários dos imóveis naquelas condições e que posteriormente, caso os proprietários não resolvam as questões, a Câmara Municipal de Murça intervenha nos termos da Lei e que posteriormente impute os custos aos proprietários. Sobre a terceira proposta, disse que surge na sequência da sua intervenção na sessão anterior e que em seu entender deveria ser dado conhecimento dos resultados daquelas representações.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** cumprimentou os presentes e disse que relativamente à proposta de “identificação de prédios ou frações autónomas devolutos” a entende como uma recomendação à Câmara Municipal. Considera que é importantíssimo intervir neste domínio tendo em conta preservar imóveis de interesse histórico-paisagístico ou mesmo garantir a segurança de pessoas e bens. Mais referiu que estes procedimentos são complexos e que nem sempre existe enquadramento legal compatível com a nossa realidade autárquica. Entende que o executivo tem estado atento e tem intervindo sempre que possível, mas que era difícil acudir a todas as situações. Alertou para a dificuldade operacional de concretizar a proposta. Concluiu dizendo que votará favoravelmente, entendendo a proposta como recomendação e alerta ao Executivo.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** sublinhou que haverá alguns casos de resolução mais difícil, mas que se deverá ainda assim intervir. Que a aprovação da proposta na Assembleia Municipal legitimará ainda mais a intervenção da Câmara Municipal, dando-lhe mais força.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** cumprimentou os presentes e referiu que a preocupação com aquela problemática tem vindo a ser objeto de intervenção da Câmara Municipal e que frequentemente tem sido encontrada uma solução negociada com os proprietários, nomeadamente a sua passagem para o domínio público, dando exemplos concretos como no caso de Penabeice em que várias casas devolutas passaram para o domínio público e aí foi construído um largo. Em sentido contrário referiu várias situações em Murça em que os proprietários não intervieram, sendo que inclusivamente havia um caso em que a Câmara Municipal interveio e agora foi processada por um dos proprietários. Referiu que, para que este trabalho seja concretizável a Câmara Municipal não tem os meios necessários, propondo em sentido contrário que as Juntas de Freguesia colaborem e que identifiquem elas próprias os vários casos, propriedades e proprietários, e que depois a Câmara Municipal com os seus técnicos fará a avaliação da situação e dessa forma se conseguirá encontrar uma forma eficaz de dar resposta à questão, nos prazos propostos. Sublinhou que tais situações ocorrem nos núcleos urbanos da vila e das aldeias e ainda a

necessidade de haver um trabalho coordenado entre Juntas de Freguesia e Câmara Municipal, sob pena de não surtir efeito a ação pretendida.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** cumprimentou os presentes e referiu concordar com o teor da presente proposta, deixando contudo uma nota no sentido de sublinhar que as Juntas de Freguesia também não terão os meios técnicos adequados para colaborar naquele trabalho. Disse que, na sua opinião, o levantamento dos casos deveria ser efetuado pelos fiscais municipais, atendendo aos seus conhecimentos técnicos e experiência. Concluiu dizendo que, contudo, não pretende de forma alguma fugir às suas responsabilidades e manifestou disponibilidade para colaborar.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu ser interessante a sugestão da Câmara Municipal, contudo disse que deveria ser feito um regulamento e sugeriu a utilização da base de dados do IMI e de informação colhida junto dos fornecedores de gás e energia para tentar perceber se os prédios têm ou não contadores e, dessa forma, perceber se os mesmos estavam abandonados. Disse que entende que o processo deve ser liderado pela instituição que tem legitimidade para tal, sem prejuízo de manifestar disponibilidade da sua Junta de Freguesia para colaborar.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

**Deliberação: Aprovado por unanimidade**

**Declaração de Voto:**

*- O deputado do PS Arménio Ribeiro, disse votar favoravelmente a proposta, entendendo-a apenas como uma recomendação, aludindo, no entanto, à necessidade de rever os prazos. Ponderou a criação de um regulamento municipal que incida sobre essa e outras matérias similares.*

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** cumprimentou os presentes e sobre a primeira proposta disse que teme que na sua freguesia

J

6

metade das casas estejam em risco e que as aldeias desapareçam, se tal for levado demasiadamente a sério. Sobre a segunda proposta, relativa à gestão de combustível, disse que a sua freguesia está rodeada de materiais daquela natureza e, por isso, constituírem um verdadeiro barril de pólvora. Nos casos de Valongo e Serapicos disse que se vive num perigo eminente, problema de difícil resolução atentos os gastos necessários. Disse que a Junta de Freguesia também não tem os meios necessários, mas que é essencial que todos se empenhem na sua resolução porque é um problema efetivamente muito sério.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** sobre a proposta “gestão de combustíveis em áreas urbanas” disse que pode concordar, apenas genericamente com o espírito da mesma, pois em sua opinião o enquadramento legal apresentado não se enquadra com o pretendido na proposta, uma vez que a legislação citada apenas tem abrangência em espaços florestais e não em áreas urbanas. Mais disse, que na sua opinião seria melhor criar um regulamento municipal sobre a salubridade e estas questões associadas ao perímetro urbano. Recomendou à Câmara Municipal uma análise sobre a questão que é pertinente e que se crie uma regulamentação própria para enquadrar estas e outras questões. Concluiu dizendo que apesar da ressalva, subscreve a mesma proposta, considerando-a uma recomendação e alerta ao Executivo.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** manifestou concordância com a segunda proposta apresentada e lembrou a existência de alguma regulamentação existente naquele domínio. Disse concordar com as reservas apresentadas pelo deputado Arménio mas referiu que, dentro daquele enquadramento, haveriam algumas intervenções que poderiam ser feitas. Disse ser importante dar proteção às zonas mais afetadas, nomeadamente na sua freguesia e na de Valongo de Milhais. Referiu estar a encetar contactos com a AFLODOUNORTE no sentido de se candidatarem intervenções naquele domínio.

**- O representante da União de Freguesias de Noura e Palheiros, Carlos Alberto Gomes,** cumprimentou os presentes e disse partilhar da opinião do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, pois a parte da sua freguesia correspondente a Palheiros partilha dos mesmos problemas, tendo com a mesma mais afinidades do que propriamente a zona de Noura que se situa na região demarcada do Douro.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** justificou a questão do enquadramento legal com contactos havidos com os Serviços Florestais do ICNF, em Vila Pouca de Aguiar e com indicações dos mesmos. Mais referiu que não havendo continuidade dos lotes com zonas florestais a responsabilidade é da autarquia e que, independentemente disso, seria sempre preferível intervir.

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** sobre as “Propostas” apresentadas pela Junta de Freguesia de Murça, as mesmas não devem ser apresentadas como tal, face à legislação em vigor e ao trabalho já efetuado por técnicos do município ao nível da listagem de prédios devolutos, à demolição de alguns pelos proprietários e pela Câmara Municipal, bem como, a regulamentação existente para o IMI e Gás.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** ressaltando as diferenças em relação à proposta anterior, disse que contudo a questão é a mesma. Sublinhou a intervenção do Gabinete Técnico Florestal e os instrumentos por ele criados. Reiterou a necessidade de articulação com as Juntas de Freguesia para identificar situações e proprietários. Aludiu à intervenção acordada com a GNR no sentido de agir junto dos proprietários, pois tem outro poder de persuasão. Sobre as datas disse não ser praticável pela Câmara Municipal de Murça cumprir com todos aqueles prazos, entendendo-os na proposta como uma recomendação, atento à dificuldade e impraticabilidade dos mesmos.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	<b>22</b>
<i>Abstenção</i>	<b>02</b>
<i>Contra</i>	<b>00</b>
<i>A Favor</i>	<b>20</b>

**Deliberação: Aprovado por maioria**

**Abstenções:** Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira e o Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva.

**Declarações de Voto:**

*- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, disse abster-se não pela proposta em si, mas sim pelo facto da proposta se estar a imputar à Câmara Municipal uma responsabilidade que na sua opinião não é sua e ter que arcar com os respetivos custos.*

*- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, votou favoravelmente considerando apenas o espírito da proposta, com a ressalva dos prazos inscritos na mesma e disse entender que se deve desenvolver regulamentação municipal para a temática da gestão de combustíveis em áreas urbanas, pois considera ser mais adequado à questão.*



- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, relativamente à proposta comissões ou grupos de trabalho, sugeriu que em vez de proposta, a mesma surgisse como recomendação, dado que a regulamentação em vigor é soberana quanto ao que aqui é proposto.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, sobre a terceira proposta, disse que surge na sequência da sua intervenção na sessão anterior e que no seu entender os representantes deste órgão nas diversas comissões, organismos ou instituições locais, regionais ou nacionais, partilhem informação sobre os resultados das reuniões, dando conhecimento de dados relevantes daquelas representações a todos os membros da assembleia.

- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira, cumprimentou os presentes e manifestou que na sua opinião a proposta fazia sentido, pois na última sessão teria havido quem tivesse dito que não teria que prestar informações. Disse que o seu grupo parlamentar propôs elementos para as várias representações e que todos eles foram chumbados, pelo que seria ao PS que cumpriria dar conta do que nessas situações se passaria.

- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva, disse compreender o que o deputado Manuel Lousa Teixeira manifestou e penitenciou-se por não ter partilhado toda a informação relativa à sua participação numa comissão, garantindo que o iria ultrapassar a breve prazo.

- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira, manifestou estar plenamente de acordo com a proposta e da necessidade de partilhar informação. Disse que entende que esta proposta não colide com outras disposições regulamentares e sugeriu que fosse criado um formulário-tipo para que a informação fosse registada e partilhada com todos os membros da Assembleia Municipal, sugerindo ao proponente que tomasse em consideração aquelas sugestões.

- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro, disse concordar genericamente com a proposta "comissões ou grupos de trabalho" e que a votará favoravelmente, mas que lhe parece excessivo a marcação de sessão específica para o efeito devendo o deputado ter a liberdade de transmitir os resultados das reuniões das comissões da forma de entender mais conveniente, não podendo nunca deixar de o fazer.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** disse entender o sentido da mesma, mas que lhe parece que é subjacente à representação o dever de informar os demais membros da Assembleia Municipal das conclusões da mesma, não sendo na sua opinião necessário recomendação adicional. Disse estar de consciência tranquila pois partilhou a informação e conclusões das reuniões em que participou.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** não sendo uma questão da Câmara Municipal, sugeriu que a melhor forma de divulgar as conclusões seria através da divulgação das atas das várias sessões.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	01
<i>Contra</i>	05
<i>A Favor</i>	16

**Deliberação: Aprovado por maioria**

**Votaram a favor:**

**Votaram contra:** A deputada do PS Auria Alves, o Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo, o Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, o 1º Secretário da Assembleia Municipal, Eduardo Pinheiro e a 2ª Secretária da Assembleia Municipal, Maria Edite Sousa.



**Abstiveram-se:** a deputada do PS, Maria José Marques

**Declarações de Voto:**

*- A deputada do PS, Auria Alves, cumprimentou os presentes e referiu votar contra pois considera que a matéria em questão está prevista no Regimento da Assembleia Municipal.*

*- O 1º Secretário da Assembleia Municipal, Eduardo Pinheiro, votou contra pois considera que a matéria em questão está prevista e adequadamente enquadrada no Regimento da Assembleia Municipal, pelo que considera esta proposta inoportuna, por redundante.*

*- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, votou contra por considerar que este tipo de proposta não tem legitimidade ao nível regimentar de serem apresentadas, dado que as mesmas estão decorrentes da legislação em vigor.*



*-A deputada do PS, Maria José Marques, cumprimentou os presentes e referiu concordar com o sentido de obrigatoriedade de reporte de informação, mas que entende que isso é já inerente às suas funções de deputada e representante desta assembleia. Mais referiu, a este propósito, que estava a faltar neste dia a uma reunião do ACES – Douro Norte, para poder estar presente nesta sessão do órgão.*

*- O deputado do PS, Arménio Ribeiro, concorda com a proposta, entendendo-a como um mecanismo legal para lembrar os deputados a cumprirem essa obrigação e que, em sua opinião, todos os deputados devem comunicar à assembleia as conclusões e apreciações das comissões de trabalho, podendo utilizar para tal as novas tecnologias e a sessão da Assembleia municipal.*

**- O Deputado do PSD, Manuel Pinto,** cumprimentou os presentes e manifestou satisfação com a preocupação dos presentes com as questões de segurança subjacentes às propostas apresentadas, agora aprovadas. Neste sentido, deixou duas questões ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, no sentido de saber se a canalização da conduta de Fonte Fria/Fiolhoso e na zona do Bairro do Pinheirinho ainda seria em fibrocimento, questionando se essa será uma situação que acautele a saúde e segurança das populações, tanto mais que o nosso concelho é um dos que apresenta maior número de casos de incidência de casos de cancro na região. Questionou ainda por que motivo não existe nenhum parque eólico no concelho, nem nenhuma mini-hídrica, nem ainda um parque de campismo, como em tempos foi ventilado para a zona da “Mata”, equipamentos que, na sua opinião, atrairiam turistas e gerariam emprego. Referiu ainda a zona industrial como outro equipamento fundamental para o desenvolvimento do município.

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira,** referindo-se ao sítio da internet do município disse que considera que tem sofrido muitas melhorias, com muito maior número de notícias, mas que entende que no separador dos Regulamentos Municipais estranhou haver um separador vazio, o da ação social, sendo tal preocupante pois, na sua opinião, é uma área em que o município tem muitos gastos, estranhando por isso que não haja qualquer regulamentação nessa área.

**- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira,** sobre a conduta de água do rio da Sobreira disse que na zona do cruzamento da estrada Porrais - Sobreira haveria uma rutura e que se estão a perder lá milhares de litros de água, lesando-se assim o município. Mais disse, ter reportado essa situação ao Eng.º responsável da Câmara Municipal. Recomendou que fossem feitas inspeções periódicas à rede, atento à sua idade, prevenindo-se dessa forma as perdas.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** lançou um desafio à Câmara Municipal no sentido de colocar um contador em todos os edifícios da responsabilidade da autarquia, pois acredita que a Câmara iria poupar muita água. Sobre a limpeza de vias e das aldeias lamentou que só na vila as ruas fossem limpas, parecendo-lhe que os munícipes das aldeias são tidos como munícipes de segunda. Referiu que o FEF da sua freguesia é muito reduzido e que também o protocolo era insignificante para colmatar as dificuldades da sua freguesia. Concluiu dizendo ainda que o apoio da Câmara Municipal às Comissões de Festas da freguesia era nulo.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu-se ao caso de uma senhora que teve uma hemorragia grave e que o INEM esteve perdido durante muito tempo pois não conseguiu encontrar a rua da Fenteira. Nesse sentido, disse que esta e outras situações são graves e que a questão da toponímia era de urgente resolução e que a haver algum problema, alguém algum dia seria responsabilizado e que não poderão ser assacadas culpas à Junta de Freguesia de Murça.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** alertou para o estado do passeio na entrada da escola EB 2,3/s de Murça e que já houve quedas e prejuízos para as pessoas, apelando para uma intervenção para tão breve quanto o possível. Mais referiu subscrever o problema levantado pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais relativamente às festas das aldeias, sugerindo que a Câmara Municipal assegurasse o pagamento das licenças de ruído e da SPA, em vez de ter que transferir dinheiro.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** reforçou de forma contundente a intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, subscrevendo-a. Mais disse compreender os problemas com a toponímia de Murça, mas que na sua freguesia tem que se sujeitar ao seu protocolo e parco FEF, pelo que exige que lhe seja paga a despesa com a toponímia na sua freguesia, caso a Câmara Municipal Murça o venha entretanto a fazer na freguesia de Murça, de forma a repor a justiça.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu que o protocolo da Câmara Municipal com a Junta de Freguesia de Murça não contempla a toponímia e que gostaria que todas as situações de todas as freguesias fossem resolvidas. Recordou uma sessão da Assembleia Municipal há vários anos em que o Presidente da Câmara Municipal Murça de então referiu que a toponímia de Murça era uma responsabilidade da Câmara Municipal. Mais disse que enquanto que os protocolos das outras freguesias foram melhorados, o da sua sofreu um corte.

- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, lamentou não ter maior disponibilidade de verbas, pois se assim fosse, certamente poder-se-ia fazer um número muito maior de intervenções, elencando todas as questões aludidas ao longo das intervenções anteriores e concluindo não haver possibilidade de a todas dar a resposta desejada. Sublinhou o papel das Juntas Freguesia enquanto pilares do trabalho autárquico, mas lembrou os limites da ação do município e dos níveis de endividamento, tendo consciência de que não se poderá fazer tudo.

Tomou em boa nota as recomendações do deputado Manuel Lousa e disse que iria inteirar-se do estado da conduta de água da Terra Quente.

Sobre as extensões de saúde informou que estarão encerradas entre 18/07 e 18/09, esperando que se cumpra tudo aquilo que foi definido oportunamente relativamente à cobertura da Extensão Saúde de Jou. Disse que espera que em 18/09 reabram para servir a população.

Disse ser verdade a existência de algumas condutas em fibrocimento, em alguns troços das zonas identificadas. Mais disse, que seria uma questão a ser enquadrada na transferência para as Águas do Norte.

Sobre os parques eólicos disse ter havido várias tentativas para o efeito, nomeadamente em várias freguesias, tendo sido efetuadas inclusivamente medições na Serra da Garraia. Disse que nas imediações do concelho os parques terminam na zona da Serra da Padrela e que as empresas não investem onde não tenham garantias de retorno. Mais disse que aborda esse tema pelo menos duas vezes por ano com um responsável de uma empresa nessa área, mas que os dados disponíveis não aparentam viabilizar esse investimento no nosso concelho. Sobre a Zona Industrial de Palheiros referiu estar a ser preparado o lançamento do concurso para a execução de trabalhos nesse local.

Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, referiu que a limpeza das aldeias com varreduras implicaria uma despesa enorme, sendo que o serviço atual custa €20.000 mensais, questionando-se por quanto não ficaria a prestação desse serviço em todo o concelho.

Relativamente às festas das aldeias disse ter havido em tempos acordos para entrega de verbas às comissões de festas e freguesias, mas atendendo aos atuais procedimentos financeiros e constrangimentos legais torna-se impossível transferir verbas, referindo que a curto prazo não vê com viabilidade a sua concretização.

Em relação à zona de acesso ao portão principal da escola EB 2,3/Sec. de Murça, informou ter dado instruções para que os serviços fizessem as necessárias medições para alterar o pavimento, substituindo em breve as lajetas de betão por cubo pequeno de granito, relembrando os limites que a lei dos compromissos impõe ao município.

Concluiu referindo que a zona do Bairro da Fenteira necessitará ainda de uma intervenção no caminho, cujo valor de investimento é considerável e que haveria ainda questões a clarificar no âmbito da toponímia.

## Período da Ordem do Dia

**1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;**

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

**2 - Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2.º semestre de 2014;**

(Alínea d) do nº2, do art.º 77 da Lei nº73/2013, de 12 de setembro)

**3 - Aprovação da proposta de criação do provedor do Município;**

(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**4 - Apreciação e aprovação do Plano Municipal de Transparência;**

(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**5 - Locação de equipamentos e serviços de cópias, impressão e digitalização com software de contabilização, controlo e identificação do utilizador por cartão.**

(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

**6 - Abertura de procedimento concursal - Atividades de Enriquecimento curricular para o ano letivo 2015/2016;**

(nº1, artº65, Lei nº83-C/2013, de 31 dezembro)

**7 - Análise e discussão do relatório de observância 2014 - Para conhecimento**

(nº2, artº10 da Lei nº29/1998 de 26 de maio)

**8 - Protocolo entre a EDP - Gestão da Produção de Energia Elétrica, SA e a Câmara Municipal de Murça, tendo como objeto a execução, gestão e manutenção pela Câmara Municipal de Murça da captação de água de Sobreira e do caminho rural marginal ao rio Tua, na Sobreira;**

(Alínea k) do nº 2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

J  
Q

**9 - 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da despesa e 2ª Revisão ao Plano plurianual de investimentos para 2015.**

(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

//

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira,** esclareceu os presentes que os pontos 1, 2, 3, 5 e 7 são para tomada de conhecimento, sendo os demais para apreciação e votação, referindo que no ponto 3 da ordem de trabalhos surge erradamente a indicação desta como sendo para aprovação.

**1 - Informação do Presidente da Câmara Municipal;**

(Alínea c) do nº2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** questionou porque é que na ordem do dia surgem tantos pontos para conhecimento e se esses assuntos não deveriam antes estar contidos na informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal Murça.

Manifestou solidariedade com as populações da freguesia de Candedo afetadas com a intempérie, fazendo votos para que os deputados do PSD e do CDS-PP apoiem as várias iniciativas e disse esperar que o atual governo venha a prestar, no mínimo, os mesmos apoios que o governo do PS prestou em 2004.

Sobre o Feriado Municipal, sublinhou a intervenção do Presidente da Câmara Municipal Murça na sessão solene, esperando que a mesma venha a estar disponível no site do município, notando a ausência de qualquer membro do governo, apesar dos 5 convites formulados. Concluiu lamentando a ausência de qualquer membro do governo em Murça nestes últimos anos.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** referiu-se à assembleia-geral do Turismo Porto e Norte, questionando se algum assunto sobre Murça ou para Murça aí foi tratado. Mais questionou como pensa o município potenciar o Posto de Turismo existente e quais as tarefas que o mesmo tem vindo a desenvolver; se o equipamento e funcionários têm ao seu dispor os meios necessários à sua atividade e ainda se existem ferramentas disponíveis em permanência para apoiar os turistas. Aludindo ao investimento anunciado pelo município de Mondim de Basto na área do Turismo, de cerca de €500.000,00, disse pretender saber qual o valor que o município pretende investir, questionando a utilidade da manutenção daquele equipamento.

**- O Deputado do CDS, Luís David Perdigão Ferreira,** elogiou o encontro de idosos e o Congresso de Gerontologia aqui realizado, tendo sido um evento de referência a nível nacional. Sobre a reunião da AICEP disse ter igualmente estranhado as suas conclusões. Disse que, de facto, não teremos capacidade de competir pela quantidade, mas pela qualidade teremos certamente capacidade de dar cartas em alguns produtos locais. Sobre a deslocação ao Luxemburgo disse entender as visitas importantes a vários níveis, mas não a qualquer preço, pelo que elaborou uma proposta que apresentará à Mesa, para que seja discutida na próxima sessão, a esse respeito. Manifestou solidariedade com as populações da terra quente afetados pela intempérie, dizendo ainda que não sendo militante do CDS-PP, se disponibiliza para encetar todos os contactos com o ministério para que se agilizem processos de apoio aos agricultores.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo,** referindo-se ao ponto 1, questionou para quando o Posto de Turismo a funcionar verdadeiramente. Sobre a Feira do Azeite e do Vinho disse ter gostado do evento, com grande participação e qualidade e que apesar de considerar positiva a cobertura dada ao evento pela RTP, a mesma teria pecado por defeito, pois, no seu entender, deveria ter abrangido mais aspetos de todo o concelho.

**- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira,** sobre o ponto 6, enalteceu toda a intervenção da Câmara Municipal em prol dos agricultores da freguesia. Disse que a parte das serras de Porrais ficou particularmente devastada, tendo destruído as vinhas. Disse que era muito duro ver o trabalho de todo um ano ser devastado em pouco mais de 10 minutos e questionou quais as ajudas já dadas aos agricultores de Porrais e que ajudas teriam sido dadas à população de Jou em 2007. Disse, também, que aquelas pessoas precisam de ajuda, manifestando total disponibilidade para viabilizarem na Câmara Municipal e Assembleia Municipal o que seja preciso no sentido de auxiliar a população.

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** fez duas notas prévias, relativamente à comitiva que se deslocou ao Luxemburgo, indicando que se deslocou ele próprio, o Presidente da Assembleia Municipal e o Presidente da Junta de Freguesia de Fiolhoso, sendo que a Câmara Municipal apenas suportou as viagens, sendo as demais despesas suportadas pela Associação de Beaufort - Luxemburgo. Mais disse que a Câmara Municipal apoiou aquela instituição com €750,00.

Para a ata pediu para acrescentar à sua informação que, dentro do mapeamento da CIMDOURO e CCDRN, no âmbito dos 19 municípios haverá 6 escolas a serem intervencionadas e uma delas é a EB 2,3/S de Murça. Disse que as verbas não ascenderão àquelas que em tempos idos se previram, mas que não concordou com a proposta inicial de



12,5M€ e que está a tentar melhorar o pacote financeiro para obviar os vários problemas existentes.

Sobre a reunião da Assembleia Geral da Turismo do Porto e Norte disse que a sua realização em Murça não significa que no imediato surjam proveitos, mas que espera que possam surgir em breve. Mais disse que irá participar numa reunião em Chaves sobre os novos apoios nessa área e que será necessário fazer alguns ajustes, nomeadamente até propostas dos próprios funcionários, esperando que em breve surjam candidaturas para enquadrar a produção de material promocional do concelho.

Relativamente à cobertura pela RTP da Feira do Azeite e do Vinho, disse ter sido um bom momento de divulgação do concelho e de grande impacto nacional e internacional. Disse que todos os esforços foram feitos com o intuito de divulgar o município e não de qualquer momento de destaque pessoal. O feedback de todos foi muito positivo e mesmo os expositores referiram que a presença da RTP foi muito positiva, mais do que com outros canais televisivos.

Relativamente à reunião da AICEP, disse que o objetivo foi de abrir canais de comercialização para os nossos produtos e que também ficou menos satisfeito com algumas conclusões. Referiu haver alguns produtores que têm feito um bom trabalho e que esperava obter mais apoios para os restantes.

Sobre o Congresso de Gerontologia, referiu que Murça foi a capital ibérica do conhecimento sobre Animação Sociocultural naquele fim-de-semana e que foi um grande evento e de grande projeção.

Ainda sobre a deslocação ao Luxemburgo, notou ter sido muito enriquecedora, tendo tido grande satisfação com o contacto com as nossas populações e que Beaufort acaba por ser uma vila do nosso concelho, com muitos murcenses a assumirem responsabilidades e papéis de destaque naquele território.

Acerca da intempérie em Porrais deixou uma nota de grande admiração para com o esforço e abnegação das populações que não baixaram os braços e que, no dia seguinte, já estavam a tratar as vinhas. Informou que a Câmara Municipal de imediato tratou de desobstruir vias e resolver uma inundação de uma habitação que foi prontamente intervencionada com a ajuda dos bombeiros. Referiu que a Câmara Municipal não tem meios financeiros para apoiar monetariamente, mas ele próprio e o vice-presidente estiveram no terreno, convocaram a comunicação social para divulgar o sucedido e envolveram os responsáveis regionais do Ministério da Agricultura e a Adega Cooperativa de Murça. Mais referiu, que o Sr. Diretor Regional da Agricultura visitou os locais afetados e manifestou disponibilidade para dar sequência ao processo.

Concluiu elencando vários eventos a realizar no concelho, nomeadamente, a Rampa Porca de Murça; o Cinema ao ar livre - com sessões em cada zona do concelho: Murça, Terra quente, Terra Fria e Montanha; e o convívio de verão dos idosos e portadores de deficiência, apelando a todos para que participem e ajudem a divulgar.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Valongo de Milhais, Arlindo Paulo**, esclareceu que não pretendia ter aparecido na televisão, apenas colaborar na divulgação de locais da sua freguesia dignos de serem divulgados.

**- O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira**, interpelou o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre as ajudas aos agricultores de Jou em 2007, pois não tinha havido resposta.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva**, a propósito da interpelação anterior, informou que a Câmara Municipal não deu ajuda para caldas de tratamento, mas sim o Ministério da Agricultura que distribuiu pelos agricultores em função dos estragos verificados.

**- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira**, tendo, à data, exercido as funções de Presidente da Câmara Municipal de Murça, esclareceu que os materiais sulfatosos aplicados em 2004 foram na totalidade suportados pela Direção Regional de Agricultura. Depois foi atribuído 1M€ dos quais se conseguiu apenas receber €675.000,00 pois os prejuízos não ascenderam a tal valor. Mais tarde em Jou as caldas foram da responsabilidade da DRATM e os caminhos e muros da Câmara Municipal de Murça.

**O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira**, referiu ter tido informação de que a Câmara Municipal de Murça teria encomendado diretamente os produtos sulfatosos e que o revendedor da empresa que vendeu os produtos recebeu o bónus pela sua venda.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva**, reiterou que foram os técnicos do Ministério da Agricultura que distribuíram os produtos fitofarmacêuticos e que seria atentatório da honra insistir no contrário.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## **2 - Apreciação do relatório do auditor externo sobre a informação financeira do 2.º semestre de 2014;**

(Alínea d) do n.º2, do art.º 77 da Lei n.º73/2013, de 12 de setembro)

**- O Deputado do PSD, Daniel Faceira**, cumprimentou os presente e referiu que neste relatório haveria dois aspetos muito importantes e que merecem análise cuidada, como a

J  
el

baixa execução financeira, nomeadamente em investimento e, por outro lado, que as dívidas a fornecedores têm vindo progressivamente a aumentar. Disse ser muito preocupante esta situação pois colide com o disposto na lei 73/2013, de 12 de setembro.

Questionou se estará a ser desenvolvido algum projeto enquadrado numa estratégia de desenvolvimento Municipal, procurando criar condições para a fixação de jovens no município.

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** sobre a situação financeira disse que em fevereiro de 2015 e junho de 2015 surgem quase os mesmos valores de dívidas a fornecedores e que isso lhe causa estranheza.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**3 - Aprovação da proposta de criação do provedor do Município;**  
(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques,** referiu que considera a figura do provedor do município bastante interessante, pois pode dirimir questões entre municípios e autarquia ou outras entidades municipais e que trará um contributo positivo para a transparência municipal. Deixou ainda o repto para que os três grupos parlamentares chegassem a um acordo e encontrassem uma personalidade que merecesse o apoio consensual.

**- O Deputado do PSD, Daniel Faceira,** sugeriu que em termos formais se esclarecesse a questão do Provedor ser do Município ou Municipal, vendo vantagens na uniformidade de designações.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento*

**4 - Apreciação e aprovação do Plano Municipal de Transparência;**  
(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**O Deputado do PSD, Manuel Lousa Teixeira,** congratulou-se com este ponto, referindo ter sido uma proposta dos vereadores do PSD aquando da tomada de posse e que se então tivesse sido aceite esta proposta, já todos estaríamos a beneficiar da sua aplicação. Disse ter sido positivo o facto de a Câmara Municipal ter assumido o erro e agora viabilizar a proposta.



- **O Deputado do CDS-PP, Luís Perdigão,** deixou a questão se o endividamento de 2008, 2009 e 2010 é ou não legal, pois essa é uma questão de transparência, uma vez que foi referido pelo Presidente da Assembleia Municipal que aquele endividamento é legal, porque foi aprovado na Assembleia Municipal. Contudo, numa recente entrevista do Presidente da Câmara Municipal, este terá dito que o seu grande objetivo para o mandato era trazer o endividamento para os limites legais, situação que o deixou confuso. Disse congratular-se com esta proposta.

- **O Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva,** referiu que a intervenção anterior tinha muita utilidade e que, ainda que nem tudo pudesse já corresponder à realidade, algumas situações ainda o seriam, pelo que agradeceu a intervenção anterior. Mais disse que a transparência não se decreta, mas sim que se vai implementando.

- **O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** congratulou-se com a implementação do Plano Municipal de Transparência, mas lembrou que o mesmo resulta de uma simples recomendação e de uma avaliação por uma associação cívica que definiu um conjunto de indicadores e de listas a cumprir, não se tratando de nenhum documento com validação e homologação de órgãos de soberania ou de regulação. Alertou o executivo que após aprovado pela Assembleia Municipal se deverão fazer todos os esforços para cumprir o melhor possível com o definido no plano.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** referiu que o documento é um plano de ação, com vários indicadores e atividades. Mais referiu que este plano nunca tinha antes sido apresentado na Câmara Municipal e que quando o foi, foi aprovado por unanimidade.

- **O Vereador do PSD, Albertino Lousa,** cumprimentou os presentes, saudou a intervenção do deputado Luís Perdigão e esclareceu que em novembro ou dezembro de 2013 foi apresentada uma proposta pelos vereadores do PSD à Câmara Municipal em que se pretendia que o município melhorasse os seus indicadores de transparência, sendo porventura essa a proposta a que se referira o deputado Manuel Lousa Teixeira.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	22
<i>Abstenção</i>	00
<i>Contra</i>	00
<i>A Favor</i>	22

**Deliberação: Aprovado por unanimidade**

*Ausentou-se da sessão o deputado Manuel Lousa Teixeira*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**5 - Locação de equipamentos e serviços de cópias, impressão e digitalização com software de contabilização, controlo e identificação do utilizador por cartão.**  
(Lei nº8/2012 de 22 de fevereiro)

*Não houve intervenções*

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**6 - Abertura de procedimento concursal - Atividades de Enriquecimento curricular para o ano letivo 2015/2016;**  
(nº1, artº65, Lei nº83-C/2013, de 31 dezembro)

**- O Presidente da Junta de Freguesia de Murça, António Marques, reconhecendo a importância das AEC e os problemas havidos todos os anos com este processo, questionou se não valeria a pena abrir o referido concurso mais cedo, por forma a que estivesse**

concluído no início do ano letivo. Mais questionou se seria possível fazer a abertura dos concursos por dois ou três anos, dando assim estabilidade aos docentes.

- **O Deputado do CDS-PP, Luís Perdigão**, deixou a sugestão de que também estas contratações fossem divulgadas publicamente, nos meios disponíveis.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, prestou vários esclarecimentos, nomeadamente: esclareceu que só após a DGAL autorizar o procedimento é que se poderá divulgar o concurso; sobre a abertura em momento anterior, referiu que nem hoje há certezas sobre como poderão funcionar as AEC no próximo ano, sendo que o Inglês passará a ser uma unidade curricular e as atividades lúdico-expressivas passarão para o Agrupamento de Escolas de Murça. Os concursos são candidaturas anuais, pelo que, obrigatoriamente, há interrupções de contrato.

**Votação:**

<i>Votantes</i>	<i>21</i>
<i>Abstenção</i>	<i>00</i>
<i>Contra</i>	<i>00</i>
<i>A Favor</i>	<i>21</i>

**Deliberação: *Aprovado por unanimidade***

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## **7 - Análise e discussão do relatório de observância 2014 - Para conhecimento**

(nº2, artº10 da Lei nº29/1998 de 26 de maio)

- **O Deputado do PSD, Daniel Faceira**, enquadrou legalmente a questão e sublinhou a sua importância, tanto mais que deverão ser respeitados os direitos das minorias na Assembleia Municipal, dando o exemplo do Relatório do Tribunal de Contas em 2008, 2009 e 2010 em que foi sendo sucessivamente solicitada informação e que nem sempre foi obtida. Fez ainda referência a várias situações de vereadores do PSD quererem intervir e não terem tido essa possibilidade. Referiu ainda o monopólio do PS no que toca às representações da Assembleia Municipal. Disse ainda, que muitas vezes as declarações e intervenções do Presidente da Assembleia Municipal vão além das suas atribuições, com considerações a nível pessoal e ultrapassando o estatuto do direito à oposição.

**- O Deputado do PS, Arménio Ribeiro,** lembrou que o PS abdicou de apresentar candidatura para representação da comissão de acompanhamento do PDM, tendo apoiado a candidatura do CDS-PP, precisamente o grupo parlamentar mais pequeno, pelo que não é verdade a existência de monopólio nas comissões da AM por parte do Partido Socialista. Mais referiu, a cedência de instalações aos vereadores do PSD.

*A Assembleia Municipal tomou conhecimento*

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**8 - Protocolo entre a EDP - Gestão da Produção de Energia Elétrica, SA e a Câmara Municipal de Murça, tendo como objeto a execução, gestão e manutenção pela Câmara Municipal de Murça da captação de água de Sobreira e do caminho rural marginal ao rio Tua, na Sobreira;**

(Alínea k) do nº 2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

**- A representante da Junta de Freguesia de Candedo, Elisete Merêncio,** cumprimentou os presentes e deixou um conjunto de notas da parte da sua Junta de Freguesia, que fez chegar à Mesa da Assembleia Municipal e que se passa a transcrever:

“Após uma leitura e análise do documento “Protocolo” apresentado entre a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. e a Câmara Municipal de Murça, num valor de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros), pedimos a melhor atenção para o Executivo deste Município, relativamente a necessidades e realidades que não estando inseridas naquele documento são uma preocupação imensa da Freguesia e da Junta, devendo para tal ser salvaguardadas situações que exigimos uma posição imediata e, para nossa infelicidade, não tendo sido a nossa Junta tida nem achada, **nunca**, como indicam os pontos 5 e 6 do documento, ainda que tenhamos desde o início deste mandato fazer ouvir a nossa posição e a voz da população mais afetada pela Construção da Barragem do Tua e que passamos a descrever;

1. Qual a garantia apresentada pela EDP pela continuidade de consumo de água com qualidade;
2. Qual a resolução para a Fossa do Lugar da Figueira preta em Sobreira;
3. Zona de Lazer: Vai existir? Onde? Como?
4. Que projetos de investimento de turismo e aproveitamento local vão ser criados e/ou salvaguardados?

Ainda em relação ao valor em causa estamos plenamente convictos que as obras mencionadas para Construção, não suportam tais gastos. Desta forma exigimos que os valores sobrantes sejam aplicados única e exclusivamente na Freguesia, nomeadamente na Aldeia de Sobreira e pedimos um acompanhamento dos valores resultantes das obras protocoladas.

Pedimos de igual modo empenho para a situação da Fossa com acesso pela Rua das Oliveiras em Sobreira, ainda que pelas desculpas habituais, vamos sabendo, não pela informação recebida pela EDP, Agência ou Parque junto desta Junta, está localizada fora da zona envolvente da Barragem, bem como uma atenção por outras pequenas necessidades que poderiam ser salvaguardadas e suportadas se resultantes de boas negociações deste e do anterior Executivo que em nada cuidou da Freguesia que hoje representamos, no âmbito do empreendimento em cauda.

Face ao exposto agradecemos a indicação e posição imediata do Executivo do Município de Murça, nesta Assembleia, resultando seguidamente uma análise profunda e tomada de posição, se necessário, do Executivo da Junta de Freguesia de Candedo.”

- **O Deputado do PS, Arménio Ribeiro**, questionou qual a estratégia da Câmara Municipal com o desenvolvimento do protocolo apresentado. Exibiu preocupação com as obras de beneficiação assumidas no protocolo, nomeadamente com a captação de água, aludindo para a possibilidade de estação de tratamento e ainda com a questão do saneamento.

- **O Deputado do CDS-PP, Luís Perdigão**, lamentou o facto de não ter recebido esta informação, senão no início desta sessão, contudo não deixará de a votar, abstendo-se. Manifestou preocupação com o que acabou de ouvir da parte da Junta de Freguesia de Candedo, dizendo ser muito grave que a Junta de Freguesia não tenha sido ouvida.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, referiu que o investimento visa repor duas situações pré-existentes, nomeadamente o caminho de bordadura do rio e a captação de água do rio Tua, que abastece a Terra Quente. Expressou a opinião de que se trata de um bom acordo e só nesse pressuposto o propôs para análise dos órgãos autárquicos.

#### Votação:

Votantes	21
Abstenção	03
Contra	00
A Favor	18



**Deliberação: Aprovado por maioria**

**Votaram a favor:**

**Votaram contra:**

**Abstiveram-se: os deputados do PS, Arménio Ribeiro, e do CDS-PP, Luís Perdigão e ainda o Presidente da Junta de Freguesia de Jou, Carlos Silva.**

**Declarações de Voto:**

*- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, votou favoravelmente, pois é um assunto de extrema importância para a freguesia de Candedo e concelho, anotou as questões deixadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, mas quer que fique registado em ata que enquanto município não aceitará nem concordará que a captação de água de Sobreira seja desativada, mesmo que a empresa Águas de Trás-os-Montes diga que pode garantir o abastecimento àquela freguesia. A ETA no rio Tua em Sobreira é fundamental para o contínuo abastecimento de água às aldeias da freguesia de Candedo e que a Câmara Municipal deve deslocalizá-la convenientemente. Também é indispensável a reformulação da mini-ETAR de Sobreira que leva os esgotos para o rio Tua e o caminho envolvente deve ser tecnicamente bem acompanhado. A obra é bem-vinda e a verba é significativa, deixando uma nota de congratulação ao executivo por tal feito. Dada a importância do valor ser elevado, deverá ser efetuada uma cerimónia pública para efeito de assinatura.*

*- O deputado do CDS-PP, Luís Perdigão, abstém-se pelo momento em que tomou conhecimento do ponto, lamentou ter sido votado e que só o fez porque foi dito que era urgente para o município, ainda que não lhe tenha sido explicada essa urgência.*

*- O Presidente da Junta Freguesia de Jou, Carlos Silva, disse que após a intervenção da Junta de Freguesia de Candedo, enquanto presidente de junta de freguesia se sente semi-marginalizado nesses processos e por isso não votou favoravelmente. Disse que teme que as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal não se venham a concretizar, que espera de tudo nas negociações com estas entidades e que as negociações permitam que a Freguesia de Candedo seja compensada e que sejam satisfeitos os seus desejos. Disse que as Juntas de Freguesia deveriam merecer mais respeito e consideração por parte da Câmara Municipal.*

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa, esclareceu o carácter urgente do prazo indicando que há *timings* a cumprir, nomeadamente a necessidade de tudo estar concluído até ao início do próximo ano.**

Manifestou desacordo com as últimas palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Jou e disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Candedo foi informado do protocolo, ainda antes do mesmo ir à sessão da Câmara Municipal, pelo que não compreende algumas das afirmações proferidas.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

**9 - 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da despesa e 2ª Revisão ao Plano plurianual de investimentos para 2015.**

(Alínea a) do nº1 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

Ausentou-se da sessão o Representante da União de Freguesia de Noura e Palheiros

**- O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa,** enquadró a questão e justificou o presente ponto com a necessidade de acomodar as verbas anteriormente aprovadas.

**Votação:**

<b>Votantes</b>	<b>19</b>
<b>Abstenção</b>	<b>01</b>
<b>Contra</b>	<b>00</b>
<b>A Favor</b>	<b>18</b>

**Deliberação: aprovado por maioria**

**Votaram a favor:**

**Votaram contra:**

**Abstiveram-se: o deputado do CDS-PP, Luís Perdigão.**

**Declaração de Voto:**

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

## Período de Intervenção do Público

- **Sr. Manuel João Monteiro, residente em Aboleira, Jou** - deixou uma nota sobre o índice de transparência municipal, referindo-se ao facto de ter ouvido algumas injustiças em relação ao executivo, dizendo que desde o primeiro dia do mandato que se tem estado a trabalhar nas questões de transparência. Foi criado um novo site e um gestor de conteúdos que o suportasse, trabalho que demorou cerca de um ano. No momento atual, o município apenas não tem 6 dos 72 pontos previstos e por isso não consegue aceitar algumas injustiças que vai ouvindo. Disse que se tem feito muito trabalho que não se vê, nomeadamente reuniões, etc. Mais disse, que se se transpusesse esta situação para as Juntas de Freguesia tal seria pior, pois só uma tem site. Disse que a Câmara Municipal está hoje muito mais transparente do que há um ano atrás.

- **O Presidente da Câmara Municipal, José Maria Costa**, agradeceu as palavras do Sr. Manuel João Monteiro, que genericamente subscreve e informou que a festa do emigrante será no dia 18, contemplando esta uma emissão em direto do Verão total, da RTP. Concluiu desejando boas férias a todos.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

### APROVAÇÃO EM MINUTA

(Art. 44º do Regimento)

**4 - Apreciação e aprovação do Plano Municipal de Transparência;**  
(Alínea g) do nº1 do artº25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro)

**6 - Abertura de procedimento concursal - Atividades de Enriquecimento curricular para o ano letivo 2015/2016;**  
(nº1, artº65, Lei nº83-C/2013, de 31 dezembro)

**8 - Protocolo entre a EDP - Gestão da Produção de Energia Elétrica, SA e a Câmara Municipal de Murça, tendo como objeto a execução, gestão e manutenção pela Câmara Municipal de Murça da captação de água de Sobreira e do caminho rural marginal ao rio Tua, na Sobreira;**  
(Alínea k) do nº 2 do artº25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

9 - 2ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2ª Revisão ao Orçamento da despesa e 2ª Revisão ao Plano plurianual de investimentos para 2015.

(Alínea a) do nº1 do artº 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro)

**Votação:**

Votantes	20
Contra	00
Abstenções	00
A Favor	20

**Deliberação: Aprovada por unanimidade**

**ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

(Alínea c) do nº2 do artº 9º do Regimento)

- O Presidente da Assembleia Municipal, João Teixeira, formulou votos de boas férias e que os nossos emigrantes sejam bem acolhidos nas suas férias de verão.


Os trabalhos encerraram às 20 horas, da qual se lavrou a presente Ata que, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal**



(João Luís Teixeira Fernandes)

**O 1º Secretário da Assembleia Municipal**



(Eduardo Jorge Milhões Fernandes Pinheiro)

SESSÃO (*)	ORDINÁRIA DO DIA 25	Junho de 2015	Hora de entrada
Designação das funções (b)	Nomes dos membros que constituem a Assembleia		
Presidente	João Luis Teixeira Fernandes		
1.º Sec	Eduardo Jorge de F. Ribeiro		
2.º Sec	Itamarê Zedde C. de Sousa		
Deputado PSD	Benício Jorge Carneiro Benício		
PSD	Rafael Augusto Dias Pinto		
PSD	Anc Etenuz G.F. Gouveia		
PSD	Carlos Alberto de Oliveira		
PS	Lzumenio D. Cavalho Ribeiro		
EDS	Luis David Pedrigo Tennelle		
PS	Itamarê Teixeira Fernandes		
PSD	Daniel Rodrigues Pereira		
PS	Jose Eduardo Rodrigues Bolger		
PSD	Rui Manuel Gonçalves Rente		
PS	Joachim Gouveia Pinto		
PSD	Manuel Louisa Teixeira		
Prof.ª Convidada	Jose Antonio Rik de Sousa		
Convidado	Luis Filipe Ribeiro Silva		
PSD	Jose Manuel Fernandes Farochas		
PSD	Carlos Ramos Silva		
PSD	Antonio Luis Fernandes		
PSD	Luis Alfredo Soares Ricardo		
PSD	Alcino Paulo Santos Aires		
Deputado PSD	Amir Ribeiro Ribeiro Aires		
PSD	Eliete de Alameda Mineiro		
Deputado PSD	Carlos Alberto Gouveia		
PSD	Itamarê de Sousa Rente Gouveia		
Prof.ª Convidada	Soia Ribeiro de Sousa		

(a) - Ordinária ou extraordinária. (b) - Presidente, Secretários e Vises, mencionados por sua ordem, devendo mencionar-se, em letra maiúscula, antes de cada sessão ou reunião, cobrindo ao próprio apêndice a assinatura. (c) - Ou toda a lista. (d) - Assinar e justificar o assento de cada sessão e da sessão que a constituem.

PONTO DAS PRESENCAS DA REUNIÃO (OU TRABALHOS) DO DIA	19	Justificação da falta de comparecimento (d)
Assinaturas dos que compareceram (c)	Hora de entrada do final	
<i>[Handwritten signatures]</i>		
Maria Sequeira José Fernandes e Sousa		
Alcino Paulo Santos Aires		
Anc Etenuz G.F. Gouveia		
<i>[Handwritten signature]</i>		
<i>[Handwritten signature]</i>		
Jose Manuel Fernandes Farochas		(JUSTIFICADA)
Daniel Rodrigues Pereira		(JUSTIFICADA)
<i>[Handwritten signature]</i>		(JUSTIFICADA)
<i>[Handwritten signature]</i>		(JUSTIFICADA)
<i>[Handwritten signature]</i>		(JUSTIFICADA)
<i>[Handwritten signature]</i>		(JUSTIFICADA)
<i>[Handwritten signature]</i>		(JUSTIFICADA)
Amir Ribeiro Ribeiro Aires		(JUSTIFICADA)
Eliete de Alameda Mineiro		(JUSTIFICADA)
Carlos Alberto Gouveia		(JUSTIFICADA)
Itamarê de Sousa Rente Gouveia		(JUSTIFICADA)







## PROPOSTA

### PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

#### IDENTIFICAÇÃO DE PRÉDIOS OU FRAÇÕES AUTONOMAS DEVOLUTOS

Esta proposta tem como objetivo assegurar condições de segurança e salubridade, impedir situações de risco para a via pública ou para imóveis vizinhos.

Do ponto de vista procedimental, os municípios identificam dos prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos ou em risco de causar danos, e notificam o proprietário para que este dê cumprimento à notificação, ou, em caso limite a Câmara Municipal deve proceder a trabalhos de salvaguarda e segurança do interesse público e das pessoas, e, posteriormente remeter aos proprietários o custo com a sua execução.

Desta forma vem a Junta de Freguesia de Murça propor, pelo seu Presidente António Luís Marques, que a Câmara Municipal de Murça proceda, até ao final do presente ano civil, ao levantamento de todos os prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos ou em risco de causar danos, e, que a partir de Janeiro de 2016 sejam notificados todos os casos de incumprimento por forma a iniciar um importante e urgente trabalho de requalificação urbana em todo o Concelho de Murça.

Murça, 22 de Junho de 2015.

O Presidente da Junta de Freguesia de Murça

António Luís Marques







## PROPOSTA

### COMISSÕES OU GRUPOS DE TRABALHO

Vem a Junta de Freguesia de Murça propor à Assembleia Municipal de Murça, através do seu Presidente, António Luís Marques, que os representantes deste órgão nas diversas comissões, organismos ou instituições locais, regionais ou nacionais, respondam sobre os resultados das reuniões, sessões ou encontros de caráter diverso, em tempo oportuno, podendo fazê-lo em Sessão da Assembleia Municipal ou em reunião convocada para o efeito.

Esta proposta tem como objetivo a partilha de informação e o conhecimento de dados relevantes para o melhor desempenho das funções autárquicas.

Murça, 22 de Junho de 2015

O Presidente da Junta de Freguesia de Murça

António Luís Marques

